



Pesquisas em educação na perspectiva da Teoria do Discurso: políticas de currículo, diferenças e formação docente em foco

Marcia Betania de Oliveira/UERN
marciabetaniauern@gmail.com

1 Introdução

Ao defender que pesquisa não deve ser vislumbrada como um procedimento de verificação direta ou teste de uma hipótese ou teoria (apud Oliveira, Oliveira e Mesquita, 2013), apontamos (Oliveira, 2018) o pós-estruturalismo como potencial para contribuir com abordagens e referenciais analíticos na realização de pesquisas empíricas em ciências sociais e em educação. Nessa perspectiva, destacamos a articulação da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2011) na realização dessas pesquisas, particularmente sobre políticas de currículo. Entendemos (OLIVEIRA, 2018, p.5) que “as escolhas metodológicas nessas pesquisas baseiam-se em propostas discursivas que devem ser reconhecidas e postas em jogo no processo de pesquisa”.

Defendemos (Oliveira, 2016) que, embora não seja direcionada especificamente para as políticas educacionais, a Teoria do Discurso de Laclau (2011, 2013), Laclau e Mouffe (2015) tem possibilitado¹ pensar a política discursivamente, entender o campo educacional como campo político, de forma a compreendermos as múltiplas determinações do fenômeno educacional por meio do discurso, as regras que permitem a produção de sentido. Em especial, por considerar tal teoria como aquela que “busca o risco de teorizar sobre o imprevisto, o contingente, des-sedimentar certezas, reativar possibilidades desconsideradas” (LOPES, 2015, p.120).

Definida como uma teoria política, a TD deve “ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sociopolíticos” em que discurso possui centralidade explicativa para esse projeto teórico (MENDONÇA, 2012, p. 205). A noção central do discurso “articula-se com um complexo arranjo de conceitos como prática articulatória, momentos, elementos, exterior constitutivo, antagonismo, hegemonia e significantes vazios”, dentre outros (PEIXOTO; MENDONÇA, 2006, p. 9-10).

¹ Tal perspectiva de análise teórica vem sendo transversalizada por discussões apontadas pelas pesquisas desenvolvidas no/pelo Grupo de Pesquisa Currículo, Conhecimento e Cultura – PROPED/UERJ, e por pesquisas de outros grupos, em âmbito nacional, que têm/vêm contribuindo para a compreensão dessas perspectivas teóricas.



Frente ao exposto, este trabalho considera produtivo mapear pesquisas em educação que abordam a Teoria do Discurso (TD) como perspectiva de análise. Trata-se de um levantamento bibliográfico, de caráter exploratório, realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com características de um estado da arte.

Para Ferreira (2002, p. 257), pesquisas assim caracterizadas, “[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”, com vista a “responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidos certas dissertações de mestrados, teses de doutorado”.

Consideramos produtivo compreender, portanto, como a Teoria do Discurso contribui com o campo do currículo, possibilitando outros olhares para além das perspectivas críticas de análise das políticas de currículo, nos programas de pós-graduação em educação.

2 Das pesquisas em educação na perspectiva da teoria do discurso

Metodologicamente falando, a busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, se deu nos meses de novembro e dezembro de 2018, revisitada nos meses de janeiro e fevereiro de 2019. Na busca simples por “teoria do discurso”, com filtro em Programas de pós-graduação em educação foi possível encontrar, entre os então disponíveis, 21 trabalhos, assim distribuídos por IES: 15 da UERJ, 2 da UFPB, 3 da UFPEL, 1 da UFMT, sendo 11 dissertações (defendidas entre os anos de 2010 e 2016) e 10 teses (defendidas entre os anos de 2011 e 2016).

Após leitura de cada trabalho, organizamos as produções em três categorias: políticas de currículo (14 trabalhos), diferenças (3 trabalhos) e formação docente (4 trabalhos). Destacamos, além da abordagem principal de cada trabalho, como a TD se apresenta, quais possibilidades de articulação ela apresenta com outras perspectivas de análise e possíveis considerações dessas produções para o campo de pesquisa.

2.1 Políticas de currículo sob a ótica da Teoria do Discurso

As políticas de currículo, abordadas nas produções aqui destacadas, são entendidas, de maneira geral, como embates e lutas pela negociação de sentidos, relacionais, marcadas por centros hegemônicos de poder dispersos no sistema



discursivo; processos híbridos e ambivalentes em que diferentes sujeitos se articulam pela legitimidade de projetos e demandas.

Inicialmente, destacamos produções que abordam áreas de conhecimento como a Sociologia (Scarselli, 2015), a Geografia (Costa, 2013), a educação Física Escolar Macêdo (2014), a Biologia enquanto comunidade disciplinar (Busnardo, 2010), História (Oliveira, 2011) e ensino de ciências no ensino fundamental (Pereira, 2011). As produções de Matheus (2013) e de Leal (2014) discutem o significativo qualidade.

Scarselli (2015) problematiza a institucionalização da Sociologia como componente curricular do Ensino Médio e como se legitima como política curricular no contexto de duas escolas públicas estaduais localizadas em Cuiabá/MT. Defende que essas políticas curriculares configuram processos híbridos e ambivalentes em que diferentes sujeitos se articulam pela legitimidade de seus projetos e demandas. A pesquisa articula a TD com o Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), dando relevo às noções de discurso, antagonismo, prática articulatória e ponto nodal. A autora observa que nos contextos escolares pesquisados os sentidos hegemônicos se encontravam articulados, ao mesmo tempo, em torno da transversalidade e da disciplinaridade da Sociologia. Considera que as políticas curriculares se constituem a partir de embates e lutas pela negociação de sentidos, portanto, relacional, não vertical e marcada por centros hegemônicos de poder dispersos no sistema discursivo.

Costa (2013) aborda comunidades disciplinares de Geografia. Entende a política de currículo como se dando através de lutas discursivas, marcadas pelo antagonismo e pela exclusão. Situa a perspectiva de currículo como texto, como textualização, com foco em estudos de Lopes e Macedo de que o currículo é produzido na articulação de discursos. Pensa o discurso curricular como um outro possível, que pode ser interpretado como oposição ao currículo por disciplinas e, portanto, como ameaça à Geografia. O autor chama a atenção para o que interpreta como uma luta pela estabilização do antagonismo, entre a integração e o disciplinar (a Geografia), e focaliza a tradução de sentidos do outro como possibilidade de existir e, nessa leitura, afirmar uma propriedade que se constitui provisoriamente como aquilo que é suposto como questionado pelo outro, algo de que se depende para continuar.

Macêdo (2014) investiga questões em torno da relação esporte e currículo de Educação Física escolar. Propõe uma articulação entre a educação física escolar e o esporte superando o antagonismo fundamentalista que os separa para introduzir o esporte escolar como elemento do PPP das escolas vinculado à educação física escolar e como política pública de educação e esportes. Identifica a necessidade de deslocar o



contexto de influência das políticas públicas para o Comitê Olímpico Brasileiro e os setores de educação física escolar e o MEC. Defende que a experiência esportiva no interior da escola é o que torna o esporte um elemento curricular educacionalmente interessante e denuncia a concepção de esporte escolar presente nas recontextualizações de políticas públicas para o esporte escolar voltadas apenas para a organização das competições escolares. Entende que a inserção do esporte na escola por projetos e oficinas de origem externa ao sistema educacional possa representar uma ameaça à educação física escolar.

Busnardo (2010) pesquisa comunidade disciplinar de Biologia, com base na abordagem teórico-metodológica do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), também, subsidiada pela concepção de comunidade disciplinar de Goodson e pela TD de Laclau. Conclui que, mesmo em governos diferentes, representantes das comunidades disciplinares podem se manter atuantes no contexto de produção de textos das políticas e produzir sentidos e significados semelhantes nas políticas.

Oliveira (2011) destaca lutas pela significação no campo da disciplina História. Articula a TD com o Ciclo de Políticas (Ball), retomando sua defesa de currículo como texto, mas questionando o risco de reintrodução de uma centralidade no processo de significação das políticas. Articula, ainda, aos aportes da História das disciplinas (Goodson), recuperando sua defesa de que significados disciplinares são negociados nos processos de hegemonização, questionando o risco da essencialização dos sujeitos bem como sua subjetivação anterior à articulação política. A autora defende que sentidos se deslocam e se condensam simultaneamente, tornando hegemônica a concepção embutida na metáfora *História como construção*. Identifica processos de subjetivação nos quais atores sociais, defendendo a centralidade do conhecimento constituem uma identidade da História, antagonizando-se a outros que constituem uma identidade pedagógica na luta pela hegemonização de sentidos nas políticas curriculares.

Pereira (2011) utiliza o conceito de discurso desenvolvido por Laclau como categoria de análise para investigar o processo de legitimação do saber científico. O conceito de recontextualização por hibridismo proposto por Lopes (2005; 2006) orienta a análise dos discursos produzidos nos diferentes contextos de produção curricular, a partir da abordagem do ciclo de políticas desenvolvida por Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994). A autora identifica as demandas articuladas nos discursos de uma comunidade de pesquisadores que têm investigado o ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo também apresenta uma reflexão produzida a



partir de dados reunidos em uma pesquisa de cunho etnográfico, realizada em duas escolas da rede municipal de ensino do município do Rio de Janeiro. As análises indicam que o discurso educacional sobre o ensino de ciências expressa sentidos em disputa que oscilam entre a incorporação de novos paradigmas de ciência e de currículo e a manutenção de marcas que procuram preservar a ciência como conhecimento superior, contribuindo para a reafirmação dos princípios racionais que estão na base de constituição da escola como instituição da modernidade e associadas ao processo de hegemonização desse saber.

Torres (2011) analisa projetos em disputas na produção de políticas de currículo em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Investiga produções de dois espaços em que circulam diferentes textos que enunciam demandas de diversos grupos: ENEJAS e o GT 18 da ANPED. Nesses, são identificadas e problematizadas demandas em disputa na produção de políticas de currículo em EJA, que articuladas no processo de significação, tencionam constituir um discurso hegemônico no currículo voltado à EJA. O autor aponta que as políticas de currículo são produzidas em diferentes contextos, com envolvimento de diferentes atores sociais. Defende que diferentes discursos são constituídos em função da articulação de certas demandas tornadas equivalentes e que buscam hegemonizar determinados sentidos da/na política curricular da EJA. Por fim, destaca a atuação das comunidades epistêmicas, em diferentes contextos, no processo de produção das políticas, na tentativa de influenciar e hegemonizar determinados sentidos em torno da produção das políticas de currículo em EJA.

Cunha (2015) aborda o tema política curricular de ciclos associado com o nome da democracia, por meio de uma investigação com foco em documentos assinados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e pela Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis (MT). Com foco em discursos curriculares, a discussão é marcada pelo registro pós-estrutural e sustenta a compreensão de que a disputa de sentidos para o que seja educar, entre diferentes discursos, compõe uma configuração política específica. A autora privilegia leituras da TD de Laclau e Mouffe e aspectos da desconstrução derridiana, articuladas à tradução destas leituras para o campo do currículo na educação por Lopes e Macedo. O argumento central da autora é de que a política curricular de Ciclos é hegemonizada na operação discursiva de rebaixamento do *Outro* como representação instada por leituras sedimentadas no social. A discussão teórico-empírica realça que uma relação (marcada pela falta) com o significante conhecimento produz um corte no social e, com ele, a tradução de antagonismos. Cunha (2015) considera que a contingência credencia a articulação equivalencial de demandas



curriculares diferenciais (marxismos, construtivismo, pragmatismo, de forma destacada), metonimicamente, enquanto os antagonismos produzem a ilusão de positividade. A hegemonia do nome (não um conceito) Ciclos dissolve identificações anteriores de grupos curriculares locais ao subjetivar tais diferenças como pró-ciclos, ao mesmo tempo em que subjetiva diferenças antagônicas outras como anti-ciclos. Defendendo a democracia como devir, a autora (Cunha, 2015) conclui que a estabilidade de um sentido para a educação é apenas uma suposição sempre perturbada pela *différance* e defende manter o lugar do universal/fundamento/vazio como aberto à pluralidade.

O significante qualidade é discutido nos trabalhos de Matheus e de Leal. Matheus (2013) analisa o discurso de educação de qualidade nas políticas curriculares para a educação básica no governo de Lula e início do governo de Dilma (2003/2011). Procura entender os nexos estabelecidos entre currículo e qualidade. Investiga o MEC enquanto contexto da produção de textos da referida política. Entende as políticas de currículo como produção cultural discursiva em múltiplos contextos, marcada pela contingência do social. A autora defende a tese de que na política Lula/Dilma, o significante educação de qualidade é tendencialmente vazio, representando, no que se refere ao currículo, tanto demandas por um ensino voltado para a distribuição igualitária do conhecimento, visto como possibilidade de promover a justiça social, quanto demandas por um ensino voltado para resultados estipulados e mensurados por meio de sistemas de avaliação nacional que atestam sua eficiência e que representam o discurso da qualidade que se pretende total, segundo o qual a educação é um investimento que precisa dar retornos

Leal (2014) identifica e analisa demandas de tipo curricular articuladas no discurso do movimento social denominado como Revolução Pinguina, o que luta por uma educação de qualidade, gratuita e equitativa para os chilenos. A TD está articulada com o referencial teórico da teoria do currículo desenvolvida por Lopes e Macedo (2011) a partir de uma abordagem discursiva. Para o autor, essas demandas se inserem dentro de um conjunto mais amplo de demandas diferenciais que tem por antagonismo o projeto neoliberal do governo, representado pela *concertación de partidos por la democracia*. Lael (2014) destaca a existência de duas cadeias discursivas: o discurso dos estudantes e o discurso do governo; sendo que ambos tentam fixar determinados sentidos para o que representa “qualidade” da educação, desenvolvendo uma guerra de representações. Por fim, defende que por essa amplitude da cadeia discursiva a partir da incorporação de novas demandas representativas de diferentes atores sociais,



também há um esvaziamento das bandeiras de luta, mas também uma maior força do movimento. Nesse sentido, o significante “qualidade” da educação se transformou num significante vazio que se desprende de seus conteúdos concretos e precisos para poder representar provisoriamente a totalidade que a excede, ou seja, deixou de representar apenas um grupo específico para representar a totalidade do movimento social. O autor considera que a luta política do movimento estudantil chileno pela educação de qualidade, tem colocado no centro do debate nacional diversas temáticas vinculadas com educação, mobilizando periodicamente à sociedade e conseguindo importantes transformações dentro da estrutura do sistema educativo nacional, significadas pelo discurso estudantil como um sistema em crise.

Severino Figueiredo (2015) analisa o princípio da alternância em uma experiência de educação contra-hegemônica nos cursos de militantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e na escola de formação missionária. Expõe o princípio da alternância como parte de uma cadeia “equivalencial”, explicitando como, ao participar dela, o Movimento Sem Terra e a Escola de Formação Missionária procuram construir uma leitura própria da alternância, visando, com isso, legitimar-se como experiência educativa. A análise dos documentos e das entrevistas permitiu a percepção de que o princípio da alternância vivido em cada uma das experiências de educação popular tem diferenças, mas ambas se confirmam como uma prática contra-hegemônica que se procura apoiar na autogestão dos estudantes como eixo que articula os fazeres pedagógicos nos diversos tempos e espaços educativos. O autor destaca como as diversas espacialidades sociais se articulam em torno da finalidade do ato educativo e cada uma das experiências se fia em uma perspectiva de transformação da sociedade, procurando atuar sobre o discurso da educação como um elemento que visa desestabilizar a narrativa hegemônica.

Barbosa (2015) analisa sentidos de currículo nos projetos político-pedagógicos de escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa/PB. Considera que os sentidos de currículo das escolas investigadas estão articulados aos discursos da política curricular nacional, evidenciando as determinações legais como tentativas de fixação de sentidos, mas numa mesma cadeia articulatória, ficaram invisíveis discursos outros, que são ressignificados no âmbito escolar, o que reforça a tese de que os sentidos de currículo das escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa/PB são múltiplos, constituindo-se num processo híbrido.

Para Macedo Neto (2015), a crise de percepção, as tensões e as negociações que envolvem a educação, em especial o currículo-ensino de História da Educação



Básica, têm assumido relevância na agenda educacional brasileira do início desse século. O autor defende o argumento de que o currículo-ensino de História está contribuindo para a hegemonia da visão de mundo da modernidade linear e, articulado a isso, afirma que os valores e conceitos que constituem o pensamento linear e unidimensional da modernidade não são suficientes para se compreender a complexidade dos nossos dias. Analisa políticas de currículo-ensino a partir dos debates Pós-estruturalistas, com base na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, articulados aos diálogos com a Teoria da Complexidade de Edgar Morin e com os estudos Pós-Coloniais de Homi Bhabha. Entendendo educação e currículo como práticas discursivas, Macedo Neto elegeu os significantes “sujeito”, “identidade”, “tempo”, “lugar” e “encontros culturais”, visando, com a mediação deles, interpretar sentidos produzidos no contexto do currículo-ensino de História. A pesquisa considera que o currículo-ensino de História, inserido na crise de percepção da contemporaneidade e submetido a permanentes negociações e deslocamentos de sentidos, está contribuindo para a hegemonização da visão de mundo própria da modernidade linear.

Oliveira (2016) aborda discursos em torno da política desenvolvida para o Ensino Médio Noturno (2004-2014), no Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). Defende a tese de que o discurso sobre o diferencial/diferenciado no ensino médio noturno no RN, com destaque para a região Assu/Mossoró, está marcado pela tentativa de projeção de um currículo concebido como adaptado à realidade do trabalhador que estuda à noite. A ideia é de compreender como se dá a fixação de uma pretensa identidade desse aluno como trabalhador visto que ele não é somente trabalhador (e que nem sempre é trabalhador). Defende a TD como importante o entendimento da complexidade das articulações envolvidas na produção das políticas de currículo; compreende o currículo como uma prática discursiva, cultural, de poder, bem como de significação, de atribuição, criação ou enunciação de sentidos; e a política de currículo como luta discursiva pela constituição de representações. Oliveira (2016) considera, por fim, que pensar em um contexto loco/regional não significa a ideia de fortalecer identidade local. Significa compreender que embora o discurso de uma política universal que se propõe atender aos interesses de todos tenda a se fortalecer nesses espaços, movimentos outros vão se constituindo, descentrando, por vezes denunciando tentativas de fixação de identidades únicas.



2.2 Diferenças sob a ótica da Teoria do Discurso

As diferenças são discutidas por meio de ações afirmativas e de questionamentos da normatividade de gênero, cujas discussões estão carregadas de significações culturais em disputa, processos contingentes produzindo identificações provisórias.

Sousa (2016) pesquisa identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas. Emprega uma análise descritiva, enriquecida pela utilização de alguns conceitos da Análise do Discurso Francesa e da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe visto que ambas trabalham com a compreensão de que há uma indissociabilidade entre discurso e realidade social, posto que a discursividade é a forma de constituição da própria realidade. Investiga os discursos de docentes e estudantes universitários sobre a política de cotas na UFPE buscando, assim, reconhecer de que modo esses discursos foram articulados nos processos de resistência e defesa da efetivação de uma política de cotas raciais nessa universidade, até a implantação da Lei 12.711/2012 e, também, analisa de que modo esses discursos se apresentam no contexto atual e atuam na forma como docentes e estudantes lidam com a realidade das cotas dentro da instituição.

Santana (2014) aborda questões de gênero e sexualidade no currículo escolar, problematizando os sentidos sobre sexualidade, gênero e identidades atribuídos às performances das/os alunas/os considerados rompentes da heteronormatividade no cotidiano (2º segmento do EF). Aponta que as produções discursivas de professores, gestores e alunos sobre os alunos que rompem com o que se instituiu como normatividade de gênero estão carregadas de significações culturais em disputa, sendo, portanto, instáveis e ambíguas. O autor destaca que o silenciamento é considerado como elemento auxiliar de produções homofóbicas; também, que os sentidos produzidos a partir das diferenças devem ser entendidos enquanto movimentos provisórios de identificação. São processos contingentes produzindo identificações provisórias. Aponta para a perspectiva pós-identitária como ação efetiva no combate à homofobia.

Cruz (2014) analisa os embates através das articulações discursivas em torno do kit anti-homofobia do Projeto Escola Sem Homofobia do Ministério da Educação. O autor busca responder o que pode ter contribuído para que o discurso contrário à implementação deste projeto tenha saído hegemônico nesta disputa, e se seria este material um desestabilizador na discussão binária que envolve esta temática ou se



reforçaria este binarismo. Utiliza como aporte teórico estudos pós-coloniais, estudos pós-estruturais, teoria do discurso, discussões do campo do currículo e teoria queer. Considera que os embates discursivos provocados por tais ações governamentais podem ser um convite às ressignificações da tradição cultural brasileira tão marcada pelo sexismo e a homofobia.

2.3 Formação docente sob a ótica da Teoria do Discurso

A formação docente é significada como projeto curricular que busca endereçar uma dada identidade, relacionando discurso pedagógico e discurso curricular. Nessas produções a TD está, em sua grande maioria, articulada ao Ciclo de Políticas de Ball e Bowe e às teorizações curriculares de Lopes e Macedo.

Oliveira (2015) aborda espectros da profissionalização docente nas políticas curriculares para formação de professores. Busca compreender os discursos da profissionalização docente em sua tentativa de projeção de identidades para o futuro professor. Defende o distanciamento de concepções clássicas de política curricular concebidas tanto como um conjunto de regulamentações produzidos por especialistas e implementados por professores, como um guia para a prática. Considera que o discurso da profissionalização docente associado à identidade promove processos discursivos que reificam posições dogmáticas refutadas pelas políticas curriculares para formação de professores. Acena para a possibilidade de associação entre os discursos da profissionalização docente, em sua espectralidade, e processos de identificação docente. A autora (Oliveira, 2015) considera essa associação como uma disputa discursiva a qual tenta traduzir/desconstruir sentidos, numa radical contextualização, que escapem à lógica essencialista cuja positividade tende ao fechamento dos processos de significação no campo das políticas curriculares para a formação de professores.

Craveiro (2014) pesquisa políticas curriculares para formação de professores enquanto processos de identificação docente. Apresenta um estudo na temática da identidade docente, no campo das políticas curriculares, nos períodos de FHC e Lula, a partir das discussões sobre a formação docente como projeto curricular que busca endereçar uma dada identidade, relacionando discurso pedagógico e discurso curricular. Defende que o endereçamento de sentidos e a busca por hegemonizar determinados discursos fazem parte de uma luta de poder, de articulações que constituem sujeitos e contextos e, por isso, produzem processos provisórios e



contingentes de constituição de identidades docentes. Entende que não existe uma identidade fixa e universal que possa dar conta de representar o social. A autora (Craveiro, 2014) considera que há antagonismo ente as duas cadeias discursivas e, ainda que em alguns momentos enfraquecidos por força de demandas à margem do projeto social mais amplo, permanecem antagônicas mesmo que por sutis diferenças.

Neuenfeld (2015) destaca sentidos privilegiados para a formação do licenciado em Ciências Biológicas da UFPel. Analisa os sentidos privilegiados para a formação desses licenciados a partir da análise do projeto pedagógico do curso de licenciatura e de um conjunto de seis entrevistas com um grupo de seis professores formadores. Problematisa como vem sendo significada a formação de professores no curso investigado; considera o currículo da Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPel como um currículo híbrido, com uma prática de significação e uma política cultural. Destaca que os sentidos privilegiados para a formação dos licenciados em Biologia da UFPel são oriundos das identificações que os professores formadores têm com o Ser e o Formar professores, a partir das experiências e das tradições em que se veem constituídos como professores e/ou pesquisadores

Marize Figueiredo (2015) investiga discursos do perfil docente nas políticas de formação de professores. Analisa um conjunto de textos da produção acadêmica, que constam dos Anais da 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), buscando interpretar os mecanismos que operam nessa construção discursiva. Orientada pelas contribuições teórico-metodológicas da TD, busca problematizar perspectivas essencialistas de professor. Defende que o discurso do protagonismo docente, sedimentado nos textos investigados, não é a representação plena de um fundamento de docência dado *a priori*, mas se constitui na luta política por hegemonizar um modelo de professor e de formação significados como via para o alcance da qualidade da educação. Destaca que os significantes do protagonismo docente, que assumem centralidade no discurso, se constituem em resposta a um antagonismo – o gerencialismo docente identificado nas políticas neoliberais –, construindo sentidos de professor na contingência. A autora (Marize Figueiredo, 2015) aponta para a potencialização de dois discursos nessa construção discursiva: a relação entre perfil docente e qualidade da educação; e a ideia de controle da identidade, do trabalho, da profissão e da formação de professores. Problematisa essa possibilidade de controle, pela compreensão do social como linguagem, colocando em questão a ideia de um fundamento inteligível, de uma racionalidade que consiga saturar todas as relações sociais, que possibilite acessar o sentido originário de



professor, de trabalho docente, de profissão, de formação. Considera, por fim, que os discursos do perfil docente, bem como os projetos de formação de professores, se constituem na decisão razoável, em resposta à diferença, entendida como própria de um social que não é expressão de um fundamento, que não pode ser apreendido por uma racionalidade, mas que vai sendo constituído provisoriamente e contingencialmente. Ressalta, ainda, a produtividade da diferença, do conflito, do dissenso, como possibilidade de emergência de alternativas na significação do perfil docente.

Considerações finais

De maneira geral, as pesquisas sobre políticas curriculares compreendem que tais políticas se constituem a partir de embates e lutas pela negociação de sentidos, portanto, relacional, não vertical e marcada por centros hegemônicos de poder dispersos no sistema discursivo. Também, entendem tais políticas de currículo como produção cultural discursiva em múltiplos contextos, marcada pela contingência do social. Nas políticas de currículo, as abordagens são diversas e vão entre áreas de conhecimento, Educação de Jovens e Adultos, Ciclos de aprendizagem, qualidade da educação.

As diferenças, por sua vez, são discutidas por meio de ações afirmativas e de questionamentos da normatividade de gênero, cujas discussões estão carregadas de significações culturais em disputa, processos contingentes produzindo identificações provisórias. A formação docente é significada como projeto curricular que busca endereçar uma dada identidade, relacionando discurso pedagógico e discurso curricular.

Vale destacar que nas produções sobre políticas curriculares e formação docente, a TD está, em sua grande maioria, articulada ao Ciclo de Políticas de Ball e Bowe e às teorizações curriculares desenvolvidas por Lopes e Macedo, com predomínio de produções na UERJ. Consideramos, por fim, que mapear pesquisas em educação, no nível de dissertações e teses, que abordam a Teoria do Discurso (TD) como perspectiva de análise nos possibilita conhecer leituras, consideradas descentradas, relativas a políticas curriculares, diferenças e formação docente.



Referências

BARBOSA, Samara Wanderley Xavier. Sentidos de currículo nos projetos político-pedagógicos de escolas da rede municipal de ensino de Joao Pessoa – P. João Pessoa, 2015.

BUSNARDO, Flávia de Mattos Giovannini. **A comunidade disciplinar de ensino de Biologia na produção de políticas de currículo.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2010.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. **O Povo Disciplinar de Geografia e a Tradução na Política de Currículo.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2013.

CRAVEIRO, Clarissa Bastos. **Políticas curriculares para formação de professores: processos de identificação docente (1995-2010),** Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2014.

CRUZ, Thalles A. S. **Diferença em disputa: os embates acerca do kit antihomofobia (2004-2012).** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da. **Política curricular de ciclos como o nome da democracia: o caso de Rondonópolis (MT).** Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2015.

FIGUEIREDO, Severino Ramos Correia de. **Princípio da alternância: experiência de educação contra-hegemônica nos cursos de militantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e na escola de formação missionária.** – Recife: O autor, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19993> Acesso: 20/03/2019.

FIGUEIREDO, Marize Peixoto da Silva. **Discursos do perfil docente nas políticas de Formação de professores.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **A razão populista.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia.** 3. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical.** Tradução de Joanildo A. Burity. Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015 (Coleção Contrassensos).

LEAL, Luis Cuevas. **As demandas curriculares da revolução pinguina no Chile: lutando pela qualidade da educação.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



LOPES, Alice Casimiro. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau**: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015b. p. 117-147).

MACEDO, Fernando Corrêa de. **Esporte e currículo de Educação Física escolar**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2014.

MACEDO NETO, Manoel Pereira de. **Práticas discursivas e processos de hegemonização**: o currículo-ensino de história na crise de percepção da contemporaneidade. Tese (Doutorado) - UFPB/CE, João Pessoa, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8580/2/arquivototal.pdf> Acesso: 20/03/2019.

MATHEUS, Danielle dos Santos. **O discurso da educação de qualidade nas políticas de currículo**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2013. Disponível em http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6864 Acesso: 20/03/2019.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9. p. 205-228, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Ana de. **Políticas de currículo**: lutas pela significação no campo da disciplina História. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 21 ago. 2014.

OLIVEIRA, Marcia Betania de. **Ensino médio noturno na região Assu-Mossoró (RN)**: o que significa ser diferenciado?. Defesa de Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em http://www.uern.br/controldepaginas/fe-dinter/arquivos/3534ma%C2%A1rcia_beta%C2%A2nia_de_oliveira_ensino_medio_noturno.pdf Acesso: 20/03/2019.

_____. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2018, vol.23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100267&lng=pt&nrm=iso . Epub 03-Dez-2018. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230081>.

PEREIRA, Célia Maria Rodrigues da Costa. **Democratização da política educacional Brasileira e o FUNDEF**: uma análise de suas práticas discursivas - do “dito feito” ao “feito não dito” Recife: O Autor, 2006. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9666/1/arquivo9248_1.pdf Acesso: 20/03/2019.



PEREIRA, Talita Vidal. **Tradição e inovação: sentidos de currículo que se hibridizam nos discursos sobre o ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_5cbe646d9a5f57676f756ad9dd8d65cb/Details Acesso: 20/03/2019.

PEIXOTO, Léo; MENDONÇA, Daniel de (Org.). **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SANTANA, Hiller Soares. **Questões de gênero e sexualidade no currículo escolar.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2014. Disponível em http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7781 Acesso: 20/03/2019.

SCARSELLI, Mayara Bezerra. **A institucionalização da sociologia no ensino médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas públicas estaduais de Cuiabá/MT.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Educação, 2015.

SOUZA, João Vinícius Pereira de. **Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas na UFPE.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2016. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/21135/1/Dissertacao_Joao%20Vinicius%20Pereira%20de%20Souza_CAA_2016.pdf . Acesso: 20/03/2019.

TORRES, Wagner Nóbrega. **Políticas de currículo em Educação de Jovens e Adultos.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2011.